

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL**

---

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**PORTARIA Nº 19/2025**

**PORTARIA Nº 19/2025**

De 29 de abril de 2025

*Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI*

A Presidente da Câmara Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial o que dispõe o art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o disposto nos artigos 30, XII, e 43, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica do Município de Rio Azul, e artigos, 85 e 91, XVI, do Regimento Interno, bem como as disposições contidas na legislação aplicável,

CONSIDERANDO o Requerimento assinado pelos Vereadores Edson Paulo Klemba, Renato PK e Jussara Martins, recebido e lido em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de abril de 2025,

CONSIDERANDO que pelos Ofícios nº 96/2025, nº 97/2025 e nº 98/2025, todos de 24 de abril de 2025, foi feita a solicitação de indicação de representante para compor a referida CPI as bancadas dos Partidos PL, PSD e PODEMOS, respectivamente, todos com assento de maioria nesta Casa, e

CONSIDERANDO que os Partidos manifestaram-se por ofício indicando o seu respectivo representante,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica constituída a COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO Nº 01/2025 destinada a apurar possíveis irregularidades na aquisição de óleos lubrificantes, filtros e demais insumos automotivos pela Prefeitura Municipal de Rio Azul, com base em contrato cuja natureza jurídica não abarcaria a compra direta desses materiais, composta pelos seguintes membros:

- I - Vereador Sílvio Paulo Girardi – do Partido Social Democrático – PSD;
- II - Vereador Vanderlei Lopes – do Partido PODEMOS; e
- III – Vereador Renato PK – do Partido Liberal – PL.

**Parágrafo único** A Comissão deverá, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis da sua constituição, eleger o Presidente e o Relator Geral, dando-se ciência às autoridades municipais interessadas, de acordo com o disposto no art. 85, § 7º, do Regimento Interno.

**Art. 2º** A Comissão Parlamentar de Inquérito tem o prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Portaria, prorrogável por até metade mediante deliberação do Plenário, conforme o artigo 85, § 5º, do Regimento Interno.

**Art. 3º** No exercício de suas atribuições, conforme disposto no art. 43, §§ 5º e 6º, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no art. 86, do regimento interno, a Comissão poderá:

- I - Proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidade descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;
- II - Requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;
- III - Transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem;
- IV - Determinar as diligências que reportarem necessárias;
- V - Requerer a convocação de Secretário Municipal;

VI - Tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;

VII - Proceder à verificação contábil em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração Direta e Indireta.

**Parágrafo único** A Comissão Parlamentar de Inquérito valer-se-á, subsidiariamente, no que couber, das normas procedimentais contidas no Código de Processo Penal.

**Art. 4º** Fica disponibilizada à Comissão Parlamentar de Inquérito a infraestrutura funcional e física da Câmara Municipal de Rio Azul, conforme designação a cargo da Presidência da Mesa Executiva.

**Art. 5º** Ao término dos trabalhos, a comissão apresentará relatório circunstanciado e conclusivo, que será encaminhado:

**I** - À Mesa, para as providências de alçada desta ou do Plenário;

**II** - Ao Ministério Público, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;

**III** - Ao Poder Executivo Municipal, para adotar as providências saneadoras, de ordem constitucional ou legal;

**IV** - À comissão permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso anterior;

**V** - Ao Tribunal de Contas do Estado, para as providências de sua alçada.

**Parágrafo Único** Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita pela Presidente da Câmara, no prazo assinalado pela comissão, sob pena de responsabilidade.

**Art. 6º** As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito serão realizadas no horário de expediente da Câmara Municipal, de Segunda a Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min horas às 17h00min) abertas ao público em geral, exceto quando o ato demandar sigilo, o que será devidamente justificado pela Comissão.

**Art. 6º** Esta Portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRE-SE!

CUMPRA-SE!

PUBLIQUE-SE!

Gabinete da Presidência do Legislativo Municipal, Em Rio Azul, 29 de abril de 2025.

Assinou:

**JUSSARA MARTINS**

Presidente

**Publicado por:**

José Augusto Gueltes

**Código Identificador:**1C905355

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/05/2025. Edição 3267

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>